



EDUCAÇÃO “PARA” E “COM” OS HOMENS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA (DES)CONSTRUÇÃO DA “CASA DOS HOMENS”

EDUCACIÓN “PARA” Y “CON” LOS HOMBRES: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES PARA UNA (DE)CONSTRUCCIÓN DE LA “CASA DE LOS HOMBRES”

EDUCATION “FOR” AND “WITH” MEN: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR THE (DE)CONSTRUCTION OF THE “MEN’S HOUSE”

Esmael Alves de Oliveira¹

Marcos Antonio Ferreira do Nascimento²

RESUMO

O artigo discute os desafios e possibilidades de uma educação crítica voltada a homens, a partir de experiências formativas de dois pesquisadores no campo dos estudos sobre masculinidades. Tem como objetivo analisar como práticas educativas podem tensionar discursos hegemônicos de masculinidade e favorecer relações mais equitativas. A metodologia é qualitativa, de inspiração etnográfica, baseada na análise de situações vividas pelos autores em diferentes contextos de atuação docente. Os resultados evidenciam que os espaços formativos “para” e “com” homens, embora marcados por resistências e pactos de silêncio, também abrem brechas para práticas pedagógicas de escuta, cuidado e questionamento das cumplicidades machistas. Conclui-se que tais espaços, quando orientados por perspectivas críticas e dialógicas, tornam-se férteis para a desconstrução da masculinidade hegemônica e para a promoção da equidade de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Educação crítica. Grupos reflexivos. Experiências docentes.

RESUMEN

El artículo discute los desafíos y posibilidades de una educación crítica dirigida a hombres, a partir de experiencias formativas de dos investigadores en el campo de los estudios sobre masculinidades. Su objetivo es analizar cómo las prácticas educativas pueden tensionar los discursos hegemónicos de la masculinidad y favorecer relaciones más equitativas. La metodología es cualitativa, con inspiración etnográfica, basada en el análisis de situaciones vividas por los autores en diferentes contextos de actuación docente. Los resultados evidencian que los espacios formativos “para” y “con” hombres,

¹ Doutor em Antropologia Social (UFSC). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil.

² Doutor em Saúde Coletiva (UERJ). Fundação Oswaldo Cruz/Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

aunque marcados por resistencias y pactos de silencio, también abren fisuras para prácticas pedagógicas de escucha, cuidado y cuestionamiento de las complicidades machistas. Se concluye que dichos espacios, cuando se orientan por perspectivas críticas y dialógicas, se vuelven fértiles para la deconstrucción de la masculinidad hegemónica y para la promoción de la equidad de género.

PALABRAS-CLAVE: Masculinidades. Educación crítica. Grupos reflexivos. Experiencias docentes.

ABSTRACT

The article discusses the challenges and possibilities of a critical education aimed at men, based on the formative experiences of two researchers in masculinity studies. Its objective is to analyze how educational practices can challenge hegemonic discourses of masculinity and foster more equitable relationships. The methodology is qualitative, with ethnographic inspiration, based on analyzing situations experienced by the authors in different teaching contexts. The results show that formative spaces “for” and “with” men, although marked by resistance and pacts of silence, also create openings for pedagogical practices of listening, care, and questioning of male complicities. It is concluded that such spaces, when guided by critical and dialogical perspectives, become fertile ground for deconstructing hegemonic masculinity and promoting gender equity.

KEYWORDS: Masculinities. Critical education. Reflective groups. Teaching experiences.

* * *

MACHO APRENDIZADO

nos ensinaram assim: carregar à frente hasteada a bandeira do pênis

nos ensinaram assim: carregar atrás um ânus com armadura

nos ensinaram assim: carregar meia vida à frente meia morte atrás

nos ensinaram tudo pela metade

Ulisses Tavares

Introdução

Nas últimas décadas, o campo dos estudos sobre homens e masculinidades tem se expandido significativamente no Brasil, acompanhando debates interseccionais de gênero, raça, sexualidade e classe (Oliveira; Nascimento; Lopes, 2024; Aguayo; Nascimento, 2016). Apesar desse crescimento, ainda são incipientes os esforços que tomam a educação como espaço estratégico para a transformação das masculinidades. Como aponta Silva Filho (2022, p. 35), “a masculinidade demanda um aprendizado” - aprendizado que não se restringe à escola, mas atravessa práticas sociais, culturais, institucionais e políticas que funcionam como pedagogias cotidianas de produção do masculino.

Nesse horizonte, problematizar a educação dos homens significa disputar os sentidos da própria educação: quem educa, para quê e com quais implicações (Seffner, 2019). A chamada “casa dos homens” (Welzer-Lang, 2001) - espaço simbólico e material que sustenta cumplicidades, silenciamentos e privilégios masculinos - é também reproduzida em instituições educativas, exigindo propostas que confrontem suas bases fundadoras (Nascimento, 2017). Mais do que intervenções pontuais ou técnicas de sensibilização, trata-se de criar condições pedagógicas que mobilizem escuta, cuidado e deslocamentos subjetivos (hooks, 2013; Lima; Oliveira, 2024).

Este artigo parte, portanto, de um problema central: como pensar práticas educativas voltadas “para” e “com” homens que não apenas reforcem, mas questionem os modos hegemônicos de masculinidade? Nossa justificativa se ancora na urgência de articular os avanços teóricos dos estudos de gênero e masculinidades com práticas pedagógicas capazes de enfrentar desigualdades, violências e pactos tácitos de virilidade (Seffner, 2019; Seffner; Nunes, 2022; Silva Junior, 2022; Caetano; Silva Junior, 2022; hooks, 2022).

O objetivo é refletir sobre os desafios e as possibilidades de uma educação crítica de gênero dirigida a homens, em chave emancipatória e comprometida com os direitos humanos. Para isso, mobilizamos nossas trajetórias como docentes e pesquisadores em contextos formativos diversos - cursos de formação de policiais militares, grupos reflexivos com homens, políticas públicas de saúde e ensino superior. Tal perspectiva, marcada pela implicação e pela responsabilidade ético-política de um saber que emerge da “experiência” (Sathler; Oliveira, 2022), assume a educação como espaço de disputa, mas também de criação de práticas libertárias (hooks, 2013).

Metodologicamente, apoiamo-nos em uma abordagem antropológica que busca estranhar o que nos é familiar (Velho, 1978), analisando experiências etnográficas que emergem em espaços formativos destinados a homens em diferentes instituições, como segurança pública, saúde e justiça. As observações participantes, diálogos e reações dos interlocutores compõem um material situado que evidencia tanto resistências quanto possibilidades de transformação das masculinidades normativas.

O artigo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, na segunda seção apresentamos um breve panorama dos estudos sobre masculinidades no campo educacional brasileiro, com destaque para algumas contribuições que têm tensionado o papel das instituições educativas na reprodução e problematização das normas de gênero. Em seguida, na terceira seção, compartilhamos algumas cenas etnográficas vividas pelo

primeiro e segundo autor em contextos formativos distintos, a fim de analisar como as masculinidades são produzidas e (re)negociadas nesses espaços. Na quarta seção, desenvolvemos uma análise crítica das experiências relatadas, em diálogo com referenciais teóricos do campo dos estudos sobre masculinidades. Por fim, na quinta e última seção, apontamos nossas considerações finais, reafirmando a necessidade e a urgência de se pensar uma educação crítica e libertadora voltada à escuta, à responsabilização e à desconstrução da “casa dos homens” numa perspectiva crítica de gênero.

Masculinidades e educação: um campo em (contínua) expansão

No âmbito da educação, a expansão dos estudos sobre masculinidades evidencia esforços consistentes de problematizar a centralidade do masculino nas instituições escolares e seus efeitos na produção de subjetividades, práticas e violências de gênero (Nascimento, 2017; Seffner, 2019).

Essa expansão, contudo, ocorre em meio ao fortalecimento de ofensivas antigênero no espaço educacional, sustentadas por discursos conservadores de matriz religiosa que propagam a chamada “ideologia de gênero” e alimentam pânicos morais com repercussões significativas no cotidiano escolar (Mattos, 2018; Leite, 2019; Oliveira; Passamani; Duque, 2019; Côrrea; Prado, 2024). Um marco desse processo foi a retirada do termo “gênero” do Plano Nacional de Educação, em 2014, acompanhada pelo enfraquecimento de políticas voltadas à valorização da diferença e da diversidade.

Desse modo, ainda que o debate sobre gênero e sexualidade já tenha acumulado significativa produção teórica, a problematização das masculinidades no contexto educacional ainda encontra resistências - tanto epistemológicas quanto políticas -, revelando a força das normatividades que sustentam o que Welzer-Lang (2001) denominou “a casa dos homens”.

Esse campo em disputa tem sido impulsionado por pesquisadoras e pesquisadores que compreendem a escola não apenas como um espaço de reprodução de normas de gênero, mas também como um lugar de possíveis rupturas (Caetano, 2016; Seffner, 2019; Faustino, 2023). No contexto brasileiro, destaca-se a atuação de Fernando Seffner, pioneiro ao defender, ainda no início dos anos 2000, uma tese de doutorado em Educação voltada à problematização do lugar das masculinidades bissexuais (Seffner, 2016).

Também merecem atenção as pesquisas de Silva Júnior (2022), cujas investigações têm se debruçado sobre as representações do masculino nas escolas,

especialmente a partir de uma perspectiva interseccional e análise crítica das pedagogias culturais e das práticas cotidianas que, muitas vezes, silenciam ou reforçam violências e privilégios. Seu estudo evidencia como as instituições escolares funcionam reproduzindo espaços de regulação e legitimação de determinadas formas de masculinidade, revelando ainda como educadores - frequentemente de maneira não intencional - prospectam, ou seja, fazem sobressair expectativas normativas em relação aos meninos - sobretudo, meninos negros, pobres e periféricos.

Caetano (2016), por sua vez, tem desenvolvido uma importante contribuição ao conectar os estudos de masculinidades com as pedagogias críticas e pós-críticas. Em sua trajetória, ele vem explorando a construção discursiva dos sujeitos masculinos na escola, especialmente a partir das trajetórias e narrativas de professores gays, e nos currículos. Suas reflexões apontam para a necessidade de problematizar tanto a noção de “currículo neutro” quanto a de sujeito “homem masculino” universal e imparcial que permeia grande parte das práticas escolares, abrindo espaço para a compreensão da masculinidade como construção relacional, histórica e interseccionalmente situada.

No campo da educação física, Brito (2018) tem sido uma referência na crítica às masculinidades hegemônicas produzidas nos corpos, gestos e discursos das práticas esportivas. Ao questionar a centralidade da virilidade, da competição e do controle como pilares da educação física tradicional a partir da prática do voleibol, Brito (2018) propõe uma abordagem que problematiza a formação dos meninos e seus corpos a partir de uma perspectiva crítica. Seus estudos evidenciam como o esporte pode operar tanto como reforço de normatividades quanto como espaço de invenção de outras formas de ser homem (Pereira; Brito, 2022).

Nesse sentido, a atuação de organizações da sociedade civil tem sido relevante na produção de conhecimento e intervenções no campo da educação. Nascimento, Fonseca e Bittencourt (2013), a partir de experiências de formação docente no Rio de Janeiro, refletem sobre como saberes, práticas e alianças entre a sociedade civil e a gestão pública, pode ser frutífera para engendrar novos movimentos no espaço escolar em prol da equidade de gênero e respeito à diversidade sexual e de gênero, a partir do trabalho conjunto entre professores e professoras, alunos e alunas.

Em termos de políticas públicas, a experiência nacional do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) representou uma tentativa de fomentar a discussão sobre gênero no espaço escolar, envolvendo uma parceria entre os núcleos de pesquisa sobre gênero e sexualidade das universidades, secretarias municipais e estaduais de educação,

e o governo federal, com intuito de promover formação docente e de pesquisas no âmbito escolar sobre gênero, sexualidade, masculinidades e feminilidades (Carrara *et al.*, 2017).

Essas produções e iniciativas, entre outras que vêm se consolidando no Brasil, revelam a potência e a urgência de pensar as masculinidades a partir da educação (Xavier; Seffner; Barbosa, 2020). No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Grande parte das escolas - sobretudo públicas - segue operando com currículos, práticas e discursos que mantêm intactas as hierarquias de gênero, naturalizam a masculinidade hegemônica e silenciam expressões dissidentes (Nascimento, 2021; Roseiro; Rodrigues; Caetano, 2021). Além disso, é preciso considerar que as políticas educacionais frequentemente negligenciam a dimensão das masculinidades, tratando os homens ora como sujeitos neutros, ora como ausentes, mas raramente como sujeitos de gênero implicados em estruturas de poder.

Nesse cenário, pensar uma educação crítica “para” e “com” homens implica romper com o silêncio cúmplice que historicamente envolveu a figura masculina na escola. Ademais, ao propormos uma educação “para” e “com” homens, não os entendemos como realidades ontológicas, fixas ou essencializadas, mas como sujeitos produzidos em relações de gênero marcadas por assimetrias e hierarquias. Apostamos, assim, em uma matriz feminista de gênero, reconhecendo, conforme apontam Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008, p. 820), que

as análises que agregam a dimensão relacional do conceito de ‘gênero’ permitem compreender ou interpretar uma dinâmica social que hierarquiza as relações entre o masculino e o feminino e não apenas entre homens e mulheres, mas nos homens e nas mulheres.

Isso implica, portanto, a criação de espaços de escuta, diálogo e confronto que desestabilizem os contratos de masculinidade sustentados pela misoginia, pelo sexismo, pela LGBTfobia e pelo racismo estrutural - conforme problematizam diversas autoras e autores do Sul global (Viveros Vigoya, 2018; Ferrari; Nascimento, 2021; Fonseca, 2023; Segato, 2025). É a partir dessa provocação que, na próxima seção, apresentamos experiências práticas formativas com homens, questionando os sentidos do masculino em contextos extraescolares que, ainda assim, operam pedagogicamente.

Entre o campo e a sala de aula: experiências formativas “para” e “com” homens

Como pesquisadores e educadores comprometidos com os estudos de gênero e masculinidades, temos construído nossas trajetórias a partir de práticas formativas que não se dão exclusivamente no “chão da escola”, mas em outros espaços igualmente pedagógicos e decisivos na produção de sentidos sobre o ser homem na sociedade contemporânea. Nesta seção, apresentamos duas experiências etnográficas vividas pelo primeiro autor, as quais ilustram tanto as potencialidades quanto os limites do trabalho educativo com homens em contextos marcados por estruturas rígidas de poder, como os aparatos da segurança pública e do sistema de justiça, e duas experiências pedagógicas vivenciadas pelo segundo autor no âmbito de uma formação voltada para trabalhadores(as) da atenção primária em saúde relacionada à prevenção de violência contra mulheres e meninas e na formação em pesquisa para jovens ativistas periféricos no Rio de Janeiro.

Direitos humanos, gênero e segurança pública: escutas (im)possíveis

A primeira experiência ocorreu no estado de Sergipe, no âmbito do curso de formação em direitos humanos para agentes da Polícia Civil, oferecido como parte do projeto “Violência no contexto doméstico e familiar, Segurança Pública e Saúde: tecnologia social a serviço das mulheres do semiárido sergipano” (Costa, 2024a). O projeto, financiado pelo Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tinha como eixo a institucionalização do aplicativo Me Deixe, uma ferramenta voltada à proteção de mulheres em situação de violência doméstica, e contemplava a formação de agentes de segurança pública como uma das ações centrais (Costa, 2024a).

O curso foi concebido com base em uma perspectiva ampliada dos direitos humanos e nas contribuições dos estudos de gênero, com o objetivo de provocar deslocamentos conceituais e afetivos entre os/as profissionais que atuam nas primeiras linhas de atendimento às situações de violência. Com a mediação de docentes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e Universidade Federal de Sergipe (UFS), o espaço formativo se constituiu como uma arena de disputas simbólicas e de questionamentos.

Os encontros foram atravessados por reações ambíguas (Costa *et al.*, 2024). Em algumas ocasiões, observou-se resistência dos/das agentes ao contato com uma abordagem construcionista de gênero, especialmente quando confrontados/as com a ideia

de que masculinidades e feminilidades não são atributos naturais, mas socialmente produzidos. A dificuldade de se afastar de noções essencialistas ficou evidente, por exemplo, nas respostas a estereótipos questionados em aula - como o “menino não chora” ou “homem de verdade”. Ainda assim, surgiram brechas discursivas importantes. Um dos policiais, por exemplo, compartilhou, de forma sensível, a relação de afeto que cultivava com seus filhos homens, o que revela como a escuta, mesmo tensionada, pode abrir possibilidades de reconfiguração de sentidos atribuídos ao masculino.

Outros momentos, contudo, evidenciaram o peso das normatividades. Um exemplo emblemático foi a fala de um policial que relatava dizer ao filho pequeno que ele era o “chefe da casa”. Ao ser questionado sobre o impacto de atribuir tamanha responsabilidade a uma criança, sua reação foi de defesa: “não acho que dizer isso para meu filho vai torná-lo machista ou insensível”. A devolutiva do pesquisador - de que talvez o menino só desejasse brincar - provocou um silêncio carregado de ambivalência. Esse instante, embora aparentemente trivial, condensa os embates éticos e pedagógicos que marcam o trabalho com homens: a interrogação de crenças fundantes, a exposição das fragilidades e o risco do confronto com zonas de desconforto subjetivo.

Do ponto de vista metodológico, essa formação também operou como campo de pesquisa. Foi aplicada uma sondagem inicial por meio de questionário fechado, permitindo mapear percepções sobre violência doméstica e estratégias de atuação. A pesquisa revelou, entre outros pontos, a dificuldade dos profissionais em nomear o machismo como estrutura, assim como a tendência a responsabilizar as vítimas pela permanência na situação de violência. Tais dados reforçam a importância de um processo educativo que vá além da transmissão de conteúdo e que promova, de fato, uma escuta ativa, reflexiva e implicada.

A segunda experiência formativa analisada nesta seção foi organizada pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, vinculada ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS). A formação integrou o conjunto de ações do Programa Dialogando Igualdades, que tem como foco a reflexão e responsabilização de homens autores de violência doméstica, por meio de grupos reflexivos de caráter psicopedagógico.³ Os participantes desses grupos são encaminhados judicialmente e, ao longo de 16 encontros, mediados por uma dupla de facilitadores

³ Disponível em: <https://www.tjms.jus.br/violencia-domestica/dialogando-igualdades> Acesso em: 17 jun. 2025.

(sempre composta por um homem e uma mulher), são convidados a refletir sobre seus atos e seus vínculos com as estruturas de poder e desigualdade de gênero.

No contexto dessa política pública, o primeiro autor foi convidado a ministrar uma formação on-line, realizada em 6 de novembro de 2024, cujo tema central era a relação entre masculinidades e cuidado. O público era composto por profissionais diretamente envolvidos com o programa: policiais militares, psicólogos/as, advogados/as e demais técnicos/as vinculados ao sistema de justiça e à rede de enfrentamento à violência contra a mulher do estado de Mato Grosso do Sul.

A escolha temática - masculinidades e cuidado - visava problematizar um dos pilares das masculinidades hegemônicas: o distanciamento dos homens com práticas de cuidado de si, dos outros e do mundo (Rocha; Zucchi, 2025). Ao propor essa discussão, buscou-se desestabilizar imaginários cristalizados em torno da virilidade, da invulnerabilidade e da autoridade masculina (Ferrari; Nascimento, 2021), apresentando o cuidado não como oposição à masculinidade, mas como possibilidade de reinvenção de modos de ser homem.

No entanto, durante o momento de perguntas e comentários ao final da formação, emergiu uma interpelação significativa. Um dos participantes questionou a suposta “desigualdade” entre homens e mulheres, afirmando que “as mulheres têm muitos direitos, enquanto os homens não têm nenhum” e que “os homens morrem mais do que as mulheres”. A resposta do palestrante procurou reposicionar a questão a partir de uma perspectiva crítica: “homens morrem mais porque se envolvem em situações de maior risco; mulheres, por sua vez, são assassinadas pelo simples fato de serem mulheres”. A resposta provocou reações distintas, revelando as tensões que ainda persistem na incorporação de uma leitura feminista e interseccional das desigualdades de gênero no interior das instituições de justiça.

Essa cena ilustra com nitidez o quanto as resistências às políticas de gênero não estão apenas nas margens, mas também nos corpos e discursos de quem deveria garantir sua implementação. Mesmo após quase 19 anos da promulgação da Lei Maria da Penha⁴, que estabelece um marco jurídico robusto para o enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, o imaginário machista ainda encontra eco entre operadores/as do direito, e muitas vezes também entre profissionais da rede de atendimento (Costa, 2024b). A negação da especificidade da violência de gênero, bem como a tentativa de instaurar

⁴ Sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

um suposto “contraponto” baseado em um discurso de vitimização masculina, operam como estratégias simbólicas de manutenção do *status quo*.

Ainda assim, o espaço formativo se constituiu como um campo de disputas importantes. Ao trazer a categoria “cuidado” para o centro do debate, foi possível deslocar a discussão da responsabilização punitiva dos homens para uma perspectiva ético-política de transformação subjetiva. A apostila pedagógica nesse contexto foi a de que o trabalho com homens não pode prescindir da escuta, do acolhimento do conflito e do tensionamento das zonas de conforto, ainda que isso implique enfrentar resistências marcadas por cinismo, negação ou ressentimento (Lima; Oliveira, 2024).

Políticas públicas: a tessitura a partir dos espaços formativos

Pensar sobre homens e prevenção da violência contra as mulheres no campo da atenção em saúde implica refletir sobre a complexa relação entre a construção de masculinidade, relações desiguais de poder e a aquisição de um repertório masculino em que a violência usada para “solução de conflitos” é muitas vezes naturalizada, banalizada e legitimada (Gomes; Cecchetto; Nascimento, 2017).

Desde 2024, vimos nos debruçando na oferta de cursos voltados para trabalhadores/as da saúde em todo o país, sobre prevenção da violência contra mulheres e meninas, a partir de um olhar sobre os homens, baseado nas premissas da Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem (PNAISH), sendo a prevenção de acidentes e violências um dos seus eixos de atuação (Brasil, 2025). Vale ressaltar, ainda, que o Brasil é um dos poucos países no mundo que conta com uma política de saúde voltada para a população masculina e que ao longo de mais de 15 anos de sua instituição ainda enfrenta entraves para sua plena implementação (Brandão et al., 2025).

Não é incomum, frases como “mas são as mulheres que educam os meninos machistas”. Essa frase tem sido dita, recorrentemente, por homens e mulheres, deslocando a crítica ao machismo como um sistema de opressão para as mulheres (e, também para os homens) para uma crítica individual em que as mulheres, mais uma vez, são “responsáveis” pela educação e pelo cuidado no âmbito doméstico e familiar.

Trata-se, aqui, de um duplo esforço educativo. O primeiro é facilitar a compreensão da interconexão das forças atuantes nos diversos sistemas de opressão, como o machismo, o racismo, a misoginia, o classismo, a LGBTfobia. Para tal, a perspectiva interseccional

nos ajuda a ver como esses sistemas organizam, classificam e hierarquizam identidades (Viveros Vigoya, 2018; Couto, Venturi; Machin, 2019).

O segundo esforço diz respeito a própria ideia de uma educação das crianças baseadas unicamente na família como agente educador. Se a família é uma instituição importante nesse cenário, ela não é a única que funciona como uma “casa dos homens”. Meninos são igualmente educados pelas relações sociais que estabelecem no âmbito da escola, no encontro com outros pares masculinos, com modelos de masculinidade oriundos de diferentes instâncias sociais e comunitárias, com a mídia, com as redes de sociabilidade digital, com os games, dentre outros (Nascimento, 2017).

Nesse sentido, é preciso desconstruir a ideia de que há um(a) único(a) responsável pela educação e, portanto, pela produção de subjetividades dos meninos. O que há são atravessamentos que produzem subjetividades, nos quais a violência é percebida como um repertório “legítimo” para os meninos. Nossa esforço buscou produzir outros olhares sobre homens, masculinidades e violência, desnaturalizando aspectos muitas vezes arraigados no senso comum e provocando deslocamentos sobre lugares estanques do binarismo alagoz/vítima e mostrando outras possibilidades de relações mais justas, igualitárias e solidárias entre mulheres e homens e entre os próprios homens.

Por uma educação crítica “para” e “com” homens: desafios e potências dos espaços formativos

As experiências apresentadas nas seções anteriores ilustram parte dos desafios implicados na construção de uma educação crítica voltada “para” e “com” homens, especialmente em contextos formativos não escolares, como aqueles promovidos por políticas públicas de segurança, justiça, saúde e enfrentamento às violências.

A opção por trabalhar diretamente com homens - especialmente aqueles vinculados a instituições atravessadas por estruturas hierárquicas rígidas e códigos tradicionais de masculinidade, como a polícia, o sistema de justiça e os serviços de saúde - nos coloca diante de contradições, resistências e tensões que atravessam os modos de ser homem na sociedade contemporânea. No campo da segurança pública, por exemplo, observa-se a reiteração de um modelo de hipermasculinidade fundado na força, na violência e na invulnerabilidade, responsável por produzir um *ethos* viril, hierárquico e autoritário (Lima, 2025; Salles, 2024). Já no âmbito da saúde e da formação de profissionais da área, essas contradições se manifestam tanto nas práticas cotidianas de

cuidado quanto nas concepções sobre gênero e violência, frequentemente ancoradas em visões normativas e naturalizadas das masculinidades.

Nesse cenário, os espaços formativos ganham relevância estratégica ao favorecer deslocamentos críticos, à medida que promovem a construção de repertórios reflexivos e a emergência de novas sensibilidades capazes de tensionar desigualdades de gênero e fomentar a produção de masculinidades mais inclusivas, equitativas e libertárias (hooks, 2022).

Como aponta Connell (1995), as masculinidades não constituem uma entidade homogênea ou natural, mas são construções sociais e relacionais, organizadas em torno de um sistema de hierarquias e diferenciações de poder. A autora cunhou o conceito de masculinidade hegemônica para designar a configuração culturalmente dominante de masculinidade em determinado contexto histórico. Não se trata de uma masculinidade ontológica ou de um padrão universal, mas de um tipo ideal que ocupa posição hierárquica em relação a outras masculinidades, servindo como referência normativa que legitima o poder patriarcal. Nesse sentido, a masculinidade hegemônica não existe como uma essência fixa ou como atributo inerente aos homens, mas como uma prática social relacional – continuamente negociada - que se constrói pela subordinação de outras masculinidades - como a subalterna, a cúmplice e a marginalizada - e pela dominação das identidades femininas. Os contextos etnográficos aqui analisados evidenciam precisamente os processos de negociação, contestação e (re)afirmação que atravessam a ordem de gênero, revelando seu caráter dinâmico e constantemente disputado.

Em diálogo com Connell (1995), Viveros Vigoya (2018) propõe uma leitura interseccional das masculinidades, evidenciando como os marcadores de raça, classe, sexualidade e território atravessam e moldam as experiências de ser homem na América Latina. A autora argumenta que, para compreender as dinâmicas de poder entre os homens e as formas como eles vivenciam as expectativas sociais em nossa América, é imprescindível levar em consideração as estruturas históricas do colonialismo e suas atualizações no presente. Esse marco é fundamental para pensarmos, por exemplo, como a masculinidade de um policial branco, cisgênero, de classe média, inserido numa corporação militar, se difere da de um homem negro, pobre, morador da periferia urbana - e como ambas essas experiências estão inscritas em lógicas de dominação, medo e controle que constituem os processos de subjetivação (Salles, 2024).

Nos contextos das formações aqui analisadas, torna-se visível como a masculinidade hegemônica é mobilizada como dispositivo de poder. As falas que

deslegitimam os direitos das mulheres ou que reafirmam o papel do homem como “chefe da casa” não são apenas expressões individuais de ignorância ou machismo, mas funcionam como dispositivos coletivos de defesa de uma ordem simbólica ameaçada (Lima, 2025). Deste modo, a proposta de uma educação crítica com homens, portanto, não pode ser ingênua ou idealista: ela precisa reconhecer o campo de disputa em que atua e se dispor a desconstruir, com coragem e escuta ativa, os valores fundantes dessa ordem.

Nesse sentido, torna-se central deslocar a pedagogia dos afetos para o centro do processo formativo (hooks, 2013). Como afirmam Lima e Oliveira (2024), a partir de um enquadre clínico, trabalhar com homens exige não apenas a transmissão de conteúdos, mas uma prática de presença, de escuta e de criação de espaços de elaboração coletiva de conflitos, medos e contradições. Trata-se de uma práxis ético-política do confronto, mas também do cuidado - um cuidado que se dirige tanto ao outro quanto à própria prática pedagógica.

Além disso, é preciso insistir em uma perspectiva de gênero que não reduza os homens a sujeitos violentos ou problemáticos, mas que os convoque à responsabilização crítica sobre os privilégios que acumulam e os sofrimentos que silenciam (Fonseca, 2023). Isso implica romper com a armadilha das “masculinidades frágeis” que, ao se apresentarem como vítimas da ordem de gênero, buscam desresponsabilizar-se de seus efeitos violentos e desigualitários (Medrado; Lyra, 2008; Filho, 2022).

Por fim, destacamos que pensar em uma educação crítica com homens também exige que nos perguntemos: que masculinidades desejamos construir coletivamente? Que narrativas podem romper com os pactos de cumplicidade, com a misoginia estrutural e com as lógicas autoritárias que atravessam a escola, o judiciário, a segurança pública, a saúde e até mesmo o campo das políticas públicas de gênero? Ademais,

Mesmo que aos homens não seja possível renunciar aos privilégios da masculinidade (Harding, 2019), é possível, com base em um processo de reflexividade, construir outras vivências que não estejam baseadas no desprezo às mulheres e a outros homens vistos como “femininos”. Afinal, se o “machismo” é socialmente construído, também pode ser socialmente repensado. (Silva Filho, 2022, p. 42).

Considerações Finais

As análises e reflexões desenvolvidas ao longo do artigo nos permitem afirmar que qualquer proposta de educação crítica “para” e “com” homens exige enfrentar as lógicas que sustentam desigualdades e violências de gênero. Nossas experiências mostraram que esses processos educativos não se resumem a intervenções pontuais ou informativas; eles envolvem disputas simbólicas e políticas sobre o que significa ser homem e sobre o papel da educação crítica na transformação das relações sociais.

Constatamos que o questionamento das masculinidades normativas não ocorre sem resistências. Em muitos contextos, a virilidade hegemônica continua sendo tomada como horizonte incontestável, sustentada por pactos de silêncio e cumplicidades que naturalizam desigualdades. O desafio, portanto, está em criar condições pedagógicas capazes de promover deslocamentos subjetivos e éticos, estimulando a escuta, o cuidado e a (auto)responsabilização dos homens.

Reconhecemos também que não há respostas universais. As formas de socialização masculina variam conforme classe, raça, sexualidade, geração e contextos institucionais. Isso significa que uma educação crítica voltada para homens precisa ser situada, atenta às especificidades e às tensões que emergem em cada espaço formativo.

O que aprendemos é que não basta repetir discursos moralizantes ou adotar protocolos técnicos: é necessário construir práticas que mobilizem afetos, desestabilizem certezas e convoquem os homens a se implicarem em processos de mudança. É nesse ponto que vislumbramos o maior potencial transformador das experiências relatadas.

Por fim, entendemos que o trabalho com homens na perspectiva da equidade de gênero é uma tarefa inacabada, que combina reflexão, implicação ética e experimentação pedagógica. O horizonte que se abre é o de consolidar espaços formativos como territórios de possibilidade - onde homens possam interrogar privilégios, repensar práticas e reinventar modos de ser, contribuindo para relações mais justas e equitativas.

Referências

AGUAYO, Francisco; NASCIMENTO, Marcos. Presentación: Dos décadas de Estudios de Hombres y Masculinidades en América Latina: Avances y Desafíos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 207-220, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. *O cuidado à saúde do homem em contexto de violência*

e a proteção de meninas e mulheres no âmbito da APS: caderno didático do curso.
Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

BRANDÃO, Celmário Castro *et al.* Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: 15 anos de importantes avanços e persistentes desafios. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 29, supl. 1, p. e250258, 2025.

BRITO, Leandro Teófilo de. *Enunciação de masculinidade em narrativas de jovens atletas de voleibol: leituras em horizonte queer*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

CAETANO, Marcio. *Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação*. Curitiba: Appris, 2016.

CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço (orgs.). *De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

CARRARA, Sérgio *et al.* *Gênero e diversidade na escola: avaliação de processos, resultados, impactos e projeções*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.

CÔRREA, Sonia; PRADO, Marco Aurélio Máximo. A “ideologia familialista” nas ofensivas contra gênero na educação: conexões conservadoras transnacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, p. e275372, 2024.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura (org.) *Me deixe: violências domésticas, tecnologia social e políticas públicas*. Aracaju: Criação Editora, 2024a.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Eu sofro com o machismo todos os dias e você? Negociações para construção e transferência da Solução Tecnológica Me Deixe. In: COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura (Org.) *Me deixe: violências domésticas, tecnologia social e políticas públicas*. Aracaju: Criação Editora, 2024b. p. 9-19.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura *et al.* Sob o olhar das forças de segurança: a percepção de policiais sobre a violência doméstica contra as mulheres em Sergipe. In: COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura (Org.) *Me deixe: violências domésticas, tecnologia social e políticas públicas*. Aracaju: Criação Editora, 2024. p. 59-88.

COUTO, Marcia; VENTURI, Gustavo; MACHIN, Rosana. Os Homens e as masculinidades nos estudos interseccionais de gênero: o desafio da inclusão e o debate da pertinência teórico, metodológica e política. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA (ALAS), 32, 2019, Lima.

FAUSTINO, Sandra Regina de Oliveira. *Tecimento de bordados sobre práticas e saberes de gênero e sexualidades por professores e profissionais socioeducativos no contexto da pandemia da COVID-19*. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023.

FERRARI, Wendell; NASCIMENTO, Marcos. Becoming a Man: Trajectories of Young Gay Men in Rio de Janeiro, Brazil. *Boyhood Studies*, v. 14, n.2, p. 20-41, 2021.

FILHO, Alberto. Uma nova “Casa dos Homens”? O gênero em questão nos grupos terapêuticos masculinos. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Rio Grande, v. 8, n. 4, p. 28-57, 2022.

FONSECA, Vanessa do Nascimento. *Precisamos falar com os homens?* Colonialidade e estratégias de transformação das masculinidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2023.

GOMES, Romeu; CECHETTO, Fátima; NASCIMENTO, Marcos. Homens e Violências: relações naturalizadas e desafiadoras para a saúde. In: MINAYO, Maria Cecilia de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de. (org.). *Novas e velhas faces da violência no século XXI. Visão da literatura brasileira do campo da saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. p. 187-202.

hooks, bell. *A gente é da hora: homens negros e masculinidade*. São Paulo: Elefante, 2022.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2013.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142.

LIMA, Daniel Attianesi de. *Formar e ferir: masculinismos na forja da PMMS*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2025.

LIMA, João Pedro Nowak de; OLIVEIRA, Esmael Alves de. “Quando dois homens se encontram”: dilemas e estranhamentos com as masculinidades em um trabalho clínico. *PSICOPERSPECTIVAS (ONLINE): INDIVIDUO Y SOCIEDAD*, v. 23, n.2, p. 1-13, 2024.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Monstra-florescer: feminilizando práticas educativas. In: ADAD, Shara Jane Holanda; LIMA, Joana D’Arc de Sousa; BRITO, Antônia Edna. *Práticas educativas: múltiplas experiências em educação*. Fortaleza: Editora da UECE, 2021. p. 286-306.

NASCIMENTO, Marcos. Masculinidades e relações de gênero em contextos escolares. In: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago (orgs.). *Curriculo, sexualidade e ação docente*. Petrópolis: DP et Alii, 2017.

NASCIMENTO, Marcos; FONSECA, Vanessa; BITTENCOURT, Danielle. Articulando saberes, práticas e alianças: uma experiência de formação docente em gênero e sexualidade. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves do; BOAKARI, Francis Musa; ARAÚJO, João Evangelista das Neves. (org.). *Educação, Diversidade e Políticas de Inclusão*. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 127-142.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; NASCIMENTO, Marcos; LOPES, Moisés. Masculinidades contemporâneas: cruzando temas e perspectivas. *Campos - Revista de Antropologia*, Curitiba, v. 25, n.1, p. 9-27, 2024.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; DUQUE, Tiago. Quando a “interdição” tenta invadir a escola e “ex-comungar” as Diferenças: Algumas reflexões (in)discretas sobre o projeto “Escola Sem Partido”. *Revista Periódicus*, Cuiabá, v. 2, p. 142-160, 2019.

PEREIRA, Erik Giuseppe B.; BRITO, Leandro Teófilo. Meninos de verdade: discursos de masculinidades na educação física infantil. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço (orgs.). *De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. p. 212-230.

ROCHA, Rafaela; ZUCCHI, Eliana Miura. Masculinidades e narrativas de sofrimento mental e autocuidado. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 29, supl. 1, p. e240357, 2025.

ROSEIRO, Steferson Z.; RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. “Era vez nenhuma!” ou os descabidos contos de fadas de uma professora sem modos e uma criança desbocada. *REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, Cuiabá, v. 4, n. 13, p. 33-55, 2021.

SALLES, Eliciel Freire de. *Olhares sobre violência doméstica e familiar pelo periscópio de policiais militares do Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023.

SATHLER, Conrado Neves; OLIVEIRA, Esmael Alves de. Um currículo da/na experiência: formação profissional em Psicologia, docência e resistências ético-políticas. *CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS*, Porto, v. 22, e2155, 2022.

SEFFNER, Fernando; NUNES, Cláudio. O corpo a ser estudado, a pedagoga e a classe de alunos: encenando reiterações da masculinidade heterossexual. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. (orgs.). *De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2022. p. 65-85.

SEFFNER, Fernando. *Derivas da masculinidade: Representação, Identidade e Diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SEFFNER, Fernando. Entrevista Masculinidades Fernando Seffner. *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 7, p. 6-19, 2019.

SEGATO, Rita. *As estruturas elementares da violência: Ensaio sobre gênero entre a antropologia, a psicanálise e os direitos humanos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. Masculinidades negras em disputa: um olhar sob masculinidades, raça e classe social no cotidiano escolar. *REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, Cuiabá, v. 5, n. 16, p. 43-69, 2022.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O. (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.2, p. 460-482, 2001.

XAVIER, Antonio Jeferson Barreto; SEFFNER, Fernando; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. “Mulher tem mais facilidade para coisa artística, organização, trabalhos didáticos” Produção de masculinidades e estratégias pedagógicas nos anos iniciais na roça. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 6, p. 365-388, 2020.

Recebido em julho de 2025.

Aprovado em agosto de 2025.